



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

**ABERTURA**

**1. ABERTURA**

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e quarenta e três minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

**I - LEITURA E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES**

**II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1. Intervenções dos Membros do Executivo**

**III - ORDEM DO DIA**

**A. Divisão de Administração Autárquica**

**1. Secção Administrativa**

1.1. CERCICAPER – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera – Pedido de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas

1.2. Sport Castanheira de Pera e Benfica - Pedido de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas

1.3. Projeto de Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes, afetadas pelo incêndio de junho de 2017

1.4. Comissão de Festas Nossa Senhora da Guia dos Lugarinhos – Licença especial de ruído e isenção do pagamento das respetivas taxas – Ratificação de despacho

**2. Secção Financeira**

2.1. Balancete

2.2. Pagamentos

**3. Setor de Ambiente**

3.1. Proposta de Protocolo de Gestão de Recicláveis a celebrar com a ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.

3.2. Criação de sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos urbanos, estatutos da empresa intermunicipal a criar para a gestão do sistema intermunicipal e contrato de gestão delegada a celebrar entre a entidade delegante e a empresa intermunicipal

**IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

**2. LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

Foram presentes as atas n.ºs 17/2018, respeitante à reunião de 19 de setembro e 18/2018, respeitante à reunião de 28 de setembro, tendo a Sra. Presidente questionado os Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração às mesmas.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para dizer que depois de analisar a ata n.º 17/2018, verificou que no PAOD alguns assuntos abordados não se encontram no momento em que foram falados, dando como exemplo o caso dos fontanários e da poupança que o Município diz ter feito com a medida que implementou, que aparece no mesmo parágrafo da matéria da empresa de águas, o que lhe parece incongruente, tendo a ideia de que este último assunto havia sido discutido no âmbito da discussão da agregação.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador António Antunes, fez alusão à ausência de algumas intervenções na ata n.º 18/2018, nomeadamente sobre a distância dos 25 metros que a Lei impõe no que respeita às limpezas, sobre a constituição da empresa intermunicipal e sobre a questão que a bancada do PS colocou no que respeita ao custo dos bens do Município no capital social da empresa.

Depois de alguma troca de considerações, os Srs Vereadores da bancada do Partido Socialista comprometeram-se a enviar por e-mail no prazo de dois a três dias, todas as sugestões a incluir nas atas em apreço, sugerindo a votação das mesmas na próxima reunião de Câmara, tendo a Sra. Presidente acedido ao pedido, tendo assim a votação ficado adiada.

Não se registando outras intervenções, a Sr. Presidente passou ao período de antes da ordem do dia.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- Através de e-mail de 02/10/2018, veio o Grupo Parlamentar "Os Verdes" informar que tinha apresentado na Assembleia da República um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que os nós de acesso às autoestradas sejam iluminados.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Em complemento às informações elencadas, a Sra. Presidente reiterou a informação de que se encontra a diligenciar no sentido da reintegração do Município na Adxtur e da consequente integração de uma aldeia do Concelho na rede das Aldeias do Xisto.

Informou que o BUPI se encontra com um desempenho muito positivo, tendo em conta o reforço de técnicos nestas duas últimas semanas.

A par destas informações deu conta que a autarquia foi contactada por uma fundação que veio solicitar elementos sobre as necessidades do concelho dando um prazo muito reduzido para o efeito, tendo o Município elencado uma série de



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

situações, acrescentando que não se sabe a veracidade da intenção de apoio e o que poderá trazer para Castanheira.

Usando da palavra, o Sr. Vereador João Graça complementou a informação, dando conta que o Executivo foi contactado por um colaborador da Fundação Democrática Italo-Americana e Associação Género & Sustentabilidade com o intuito de promover em Castanheira de Pera e nos territórios envolventes algumas das obras que ficaram por fazer após o Incêndio de 2017, o qual pediu para o efeito que se elencassem as carências nesse âmbito, tendo o Município procedido ao envio de um documento identificando uma série de situações.

Mais transmitiu, que o último contacto do colaborador da Fundação foi no sentido de informar que entretanto viria a Castanheira de Pera para se inteirar da situação e, como tal, terá de se aguardar para se verificar se esta intenção poderá vir a ser a solução para alguns dos problemas existentes no Concelho ou se não passa de uma boa intenção que não se vai concretizar.

O Vereador Gonçalo Lopes questionou se já haviam sido discutidos montantes, tendo o Sr. Vereador João Graça respondido que não.

Na sequência, o Sr. Vereador António Antunes, perguntou se existia a possibilidade de ter acesso à listagem das carências elencadas, pedido este que foi aceite.

De seguida, foi discutida a possibilidade de ser agendada uma reunião com um técnico da empresa responsável pelo estudo sobre a agregação dos sistemas municipais de abastecimento de água, águas residuais e recolha de resíduos sólidos, com o intuito de esclarecer as dúvidas que eventualmente possam existir por parte da Câmara Municipal e dos Membros da Assembleia Municipal, tendo a Sra. Presidente colocado a hipótese da reunião ocorrer na sexta-feira da semana em curso, antes do início da reunião extraordinária da Assembleia Municipal, ao que todos concordaram, ficando a confirmação dependente da marcação com a aludida empresa.

Usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para questionar se já existe alguma novidade relativamente ao parecer jurídico sobre a proposta de regulamentação, ao que a Sra. Presidente informou que a Câmara Municipal continuava a aguardar a receção do mesmo, reiterando, no entanto, que o assunto estava dependente da proposta de Regulamento que será elaborado pela CIMRL.

No seguimento da resposta prestada, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se existiu a tentativa de perceber por parte do Executivo o porque de ainda não haver pronuncia sobre o pedido formulado pela autarquia, tendo a Sra. Presidente informado que tal ainda não tinha ocorrido pelas razões já referidas.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes registou o facto de, na última Assembleia Municipal, ter sido referido pelo Presidente do Conselho de Administração da empresa municipal Ribeirapera estar-se na eminência de perder o maior empregador do parque, assunto este que veio confirmar uma preocupação



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

que os Vereadores do PS têm demonstrado por diversas vezes em sede de reunião de Câmara.

Atalhando o Sr. Vereador Nuno Óscar, referiu que o que se quis dizer é que a saída da empresa em questão prende-se exclusivamente com o local.

Novamente na posse da palavra e na senda da preocupação e das questões que têm colocado sobre este assunto, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, perguntou qual o ponto de situação da empresa Bainha Aberta.

Intervindo, a Sra. Presidente referiu ter ficado espantada com as afirmações ora proferidas pelo Sr. Vereador Gonçalo Lopes pois, aquilo que foi dito pelo Presidente do Conselho de Administração, e ora esclarecido pelo Sr. Vereador Nuno Tomás, é um processo do conhecimento público e dos Srs. Vereadores e que já vem do anterior executivo, tendo então, do que lhe foi informado, sido proposto à Bainha Aberta dois espaços: a antiga fábrica da Retorta e a Barros III.

Mais acrescentou ser um processo que se encontra em curso e que continua a manter contactos com aquela empresa sobre a matéria em causa.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou então se já existe uma previsão temporal para dar uma resposta à empresa Bainha Aberta, ao que a Sra Presidente informou que o projeto elétrico para a Retorta já se encontra concluído, encontrando-se em desenvolvimento os ulteriores termos do procedimento.

Volvendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, referiu que se deveria ter aqui uma redobrada atenção sobre este assunto tendo em conta a urgência do mesmo, pedindo para que não se deixasse cair esta questão só em negociações e conversações, pois a Sra. Presidente tem o dever e a obrigação de tentar acautelar os problemas existentes no Concelho sem que se adote a desculpa de dizer que os mesmos vêm do anterior Executivo.

Nesta senda, questionou se já havia uma solução para a Barros III, ao que a Sra. Presidente disse que não, porque, inclusivamente, o anterior Executivo tinha deixado o problema por resolver tal como os Srs. Vereadores poderiam aferir na consulta do processo que lhes tinha sido enviado conforme pedido.

Corrigindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que apesar de ter solicitado o processo da Barros III, o mesmo ainda não tinha sido enviado, tendo a Sra. Presidente pedido desculpas pela situação e afirmado que iria ser resolvida com a maior brevidade possível.

Sobre esta nota, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou-se dizendo que sem estar na posse dos dados porque os mesmos não foram enviados conforme pedido, só pode concluir que existe ali uma discrepância muito grande entre aquilo que é o discurso do Sr. Presidente da Assembleia Municipal quando diz que *“temos de ser todos a favor das funções e da convergência”* e aquilo que é a ação do Executivo perante os membros da oposição.

Prosseguindo, e em jeito de alerta, considerando que o Executivo reúne condições para encontrar soluções para aquela empresa, o Sr. Vereador Gonçalo



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

Lopes, pediu que o façam no mais curto espaço de tempo possível sob pena de se estar ali a contribuir decisivamente para o abandono de mais uma entidade empregadora com extraordinária importância na economia local.

A Sra Presidente questionou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes na tentativa de perceber qual seria a solução que o mesmo daria para o problema em questão, ao que o Sr. Vereador de imediato disse que não tem condições para se pronunciar nesse sentido uma vez que desconhece os dossiers, contudo considerou pertinente ponderar-se o modelo de gestão da Ribeirapera e encontrar uma solução que permita o Município intervir no parque industrial.

Prosseguindo e na senda da aprovação dos valores das taxas municipais, que ocorreu na última reunião da Assembleia Municipal, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que foi publicado no site do Município uma referência que na sua opinião e do ponto de vista sintático terá uma imprecisão e cita: *“considerando que a carga fiscal do (IMI) pode constituir um fator de incentivo à fixação de pessoas, singulares ou coletivas, e, simultaneamente, contribuir para a manutenção ou abandono da população residente, o Município de Castanheira de Pera reduziu para 0,35% o IMI em 2018”*. Nesta sequência alertou que o Município de Castanheira de Pera não reduziu a taxa do IMI em 0,35%, mas sim manteve a taxa em 0,35% para 2019. Ainda na senda desta discussão o Sr. Vereador recordou que a bancada do Partido Socialista apresentou propostas complementares, questionando se era intenção do Executivo avançar com as mesmas ou não, porque na altura também se recorda que o Executivo apresentou uma proposta de penalizar os prédios mais degradados.

Intervindo a Sra Presidente deu contra que se deveria, em conjunto, encontrar-se ali um consenso entre o que foi proposto e o que o Executivo tinha em mente fazer, ao que o Sr. Vereador disse fazer todo o sentido que isso acontecesse.

Retomando, o Vereador Sr. Gonçalo Lopes questionou sobre o ponto de situação das pavimentações já adjudicadas e não iniciadas, não percebendo a razão de tal demora, esclarecendo a Sra. Presidente que a razão associada à demora do início das obras prende-se com o facto do envio do contrato ao Tribunal de Contas para ser visado.

Usando da palavra, o Sr. Vereador António Antunes questionou a Jurista da Câmara Municipal, Dra. Bernardina Macedo no sentido de saber se já tinha sido vista a questão do edital que faz referência aos 25 metros (10m+15m), respondendo esta que por questões de falta de tempo ainda não tinha tido oportunidade de aferir a situação.

Ainda no uso da palavra, a Dra. Bernardina Macedo deu conta que o excesso de trabalho ainda não tinha permitido resolver a questão dos dossiers solicitados pela bancada do Partido Socialista mas que o assunto seria resolvido o mais rapidamente possível.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

**4. CERCICAPER – COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS**

Presente e-mail da Cercicaper – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera, a informar que foi doado um bilhar à instituição com a condição de esta proceder ao transporte do mesmo, que se encontra nas instalações do seu dono, em Coimbra.

Para o efeito, solicita o apoio do Município através da cedência de transporte e da isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando o grande relevo social do papel desempenhado pela Cercicaper, não só em Castanheira de Pera, mas também nos concelhos limítrofes;

Considerando a filosofia subjacente à atividade desenvolvida pela Câmara Municipal, no sentido de procurar servir sempre, e cada vez melhor, o interesse público;

Considerando que o cumprimento do desiderato invocado no ponto anterior, também passa pela estreita colaboração da autarquia com as instituições locais, o que, aliás, resulta da letra e do espírito das leis reguladoras da sua atuação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, na medida das suas competências e disponibilidades, bem como determinar a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**5. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDO DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS**

Presente e-mail do Sport Castanheira de Pera e Benfica a solicitar, no âmbito da participação da equipa de seniores masculinos no Campeonato Distrital 1.ª Divisão, organizado pela Associação de Futebol de Leiria, a cedência de transporte para os locais, dias e horas referidos no citado e-mail, bem como a isenção do pagamento da respetiva taxa.

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este domínio nas atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho de deferimento do pedido de cedência de transporte da prova do dia 7 de outubro p.p., a Pombal (Campo da Guarita - Moita do Boi), com isenção do pagamento das respetivas taxas.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido de transporte para as restantes datas, no limite das suas competências e das





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

disponibilidades do Município, bem como ao pedido de isenção do pagamento das taxas devidas para o efeito.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**6. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE 2017**

Presente Projeto de Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes, afetadas pelo incêndio de junho de 2017, elaborado ao abrigo do n.º 2 do artigo 154.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2018.

O referido Projeto de Regulamento tem como objeto o estabelecimento da forma, da natureza e do âmbito de atribuição do apoio a conceder às pessoas singulares ou aos agregados familiares na reconstrução de habitações não permanentes e respetivos anexos afetados pelo incêndio de junho de 2017, conforme disposto na Portaria n.º 173-A/2018, de 15 de junho.

Considerando a relevância dos argumentos aduzidos na Nota Justificativa do Projeto de Regulamento em apreço;

Considerando que os termos em que o mesmo se encontra redigido salvaguardam os interesses das partes envolvidas, bem como os princípios que subjazem à matéria em causa;

Considerando que o tempo disponível para aprovação do presente Regulamento e, subsequentemente, para o desenrolar dos procedimentos conducentes ao pedido do empréstimo, são argumentos bastantes para fundamentar a urgência na sua aprovação, assim como a dispensa da realização da audiência de interessados pela forma legalmente prevista, no caso, através de consulta pública;

Propõe-se que, nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado nos artigos 33.º, n.º 1, al. k), e 25.º, n.º 1, al. g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Projeto de Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução das Habitações Não Permanentes afetadas pelo incêndio de junho de 2017, a que se referem o n.º 2 do artigo 154.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e o artigo 4.º da Portaria n.º 173-A/2018, de 15 de junho.

Mais se propõe que, com base no ponderoso interesse público, assente na urgência da atuação do Município de Castanheira de Pera, a Câmara Municipal delibere dispensar a fase de audiência dos interessados nos termos estipulados nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que prolongar a entrada em vigor do presente Regulamento para esse efeito comprometeria a respetiva utilidade, pelos motivos supra indicados.

**DISCUSSÃO:**

Começou por intervir o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para referir que percebe que este pertence àquele grupo de assuntos que são, “*por assim dizer, vinculados do ponto de vista da decisão política*” e pela sua importância a bancada a



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

que pertence entende que esta questão devia ser acompanhada com maior detalhe na informação, pretendendo, nesta senda, colocar algumas questões.

Assim, e no que diz respeito ao próprio enquadramento, colocou em causa a percentagem do apoio proposto tendo em conta que noutras autarquias eventualmente poderão existir percentagens maiores, dúvida esta que a Sra Presidente esclareceu dando como exemplo que o Município da Pampilhosa da Serra irá comparticipar com uma percentagem de 40% sobre os 80.000,00 € e que noutros Municípios tinha conhecimento da fixação de percentagens de 50% mas com um valor disponível para fazer face às reconstruções menor que o proposto por este executivo.

Seguidamente, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou quantas habitações não permanentes se encontram identificadas, tendo a Sra. Presidente respondido que são 106 entre habitações e anexos às mesmas.

Prosseguindo, relativamente ao levantamento dos casos propriamente ditos, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu desconhecer se dos 106 imóveis confirmados pela Sra Presidente, existem seguros ou não ou até mesmo participações feitas sobre o estado das mesmas, o que, quanto a si, seria um dado importante.

Atalhando, o Sr. Vereador António Antunes questionou se já existe uma noção do custo com as reconstruções ou qual o critério que foi utilizado para se chegar à percentagem dos 30%.

Em resposta, a Sra. Presidente deu conta que o critério utilizado foi o da verificação do impacto financeiro que o empréstimo terá nas contas do Município.

Tomando de novo a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se existe a possibilidade de se fazer aqui uma conta corrente, estabelecendo um teto e posteriormente pagar em função das necessidades.

Em jeito de esclarecimento a Sra. Presidente explicou, resumidamente, o procedimento, referindo que existe um prazo de 15 dias úteis após a publicação do Regulamento no Diário da República, para apresentação das candidaturas e será em função das mesmas, depois de aprovadas, que a autarquia terá a noção exata do valor do empréstimo, ainda que já tenha havido o cuidado de ponderar várias simulações tendo em conta os cenários possíveis. Mais acrescentou que o valor só será disponibilizado aos requerentes que a ele tenha direito após a conclusão das obras.

Prosseguindo, deixou claro que o objetivo da proposta é o de ajudar as pessoas nas reconstruções das segundas habitações, ainda que tenha a noção que vá existir muita gente que não irá ter condições para assumir um empréstimo mesmo com este benefício a atribuir pela Câmara Municipal.

Sobre esta matéria, considera que ao nível financeiro irá existir um risco por parte da Câmara Municipal, uma vez que tem de assumir um compromisso para mais de 20 anos.





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

O Sr. Vereador António Antunes questionou quem é que iria analisar os respetivos orçamentos, ao que a Sra. Presidente informou que essa análise não passaria só por orçamentos e que, conforme já indicou, só no final, depois da obra concluída, é que o Município assumirá a sua parte.

Novamente na posse da palavra, o Sr. Vereador António Antunes referiu que o Município, ao assumir os 30% dos 106 imóveis, teria um investimento na ordem dos € 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros) já para não contar com outros imóveis que posteriormente poderão surgir e que não se encontram registadas no levantamento.

Depois de alguma troca de argumentos, interveio a Jurista da Câmara Municipal, Dra Bernardina Macedo, para clarificar que conforme impõe a Lei do Orçamento, só podem beneficiar deste apoio aqueles que constam da lista que foi elaborada pelo Município em parceria com a CCDRC.

Retomando, o Sr. Vereador António Henriques referiu que a informação que lhes foi apresentada sobre esta matéria não é suficiente para uma análise rigorosa.

A talhe de foice, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes interveio dizendo que, da forma como o regulamento se apresenta, haveria muita gente que não seria contemplada, afirmação que foi secundada pela Sra. Presidente, reiterando que a capacidade financeira do Município é diminuta, mas que o objetivo do regulamento é proporcionar uma boa ajuda a quem tiver pretensão de reconstruir.

Complementando a intervenção anterior, o Sr. Vereador Nuno Óscar afirmou que o Governo, uma vez mais, *“sacudi a água do capote e mandou para cima das autarquias”* a responsabilidade que, na sua opinião, cabe ao Governo, o que leva a que a Câmara Municipal tenha de se endividar, acrescentando, no entanto, que a reconstrução das habitações constitui um enorme benefício para o Município.

Seguidamente interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referindo que se existisse já uma real noção das pessoas interessadas em aderir ao que se propõe, poderia haver aqui a possibilidade de se aumentar a comparticipação, concluindo que deveria ter havido um trabalho prévio nesse sentido que lhe parece não ter sido feito o que resultou na proposta em análise que, na sua opinião, *“resolve muito pouco”*.

Em resposta, a Sra. Presidente afirmou entender a preocupação manifestada pelo Sr. Vereador, mas que, em sua opinião, o mesmo também devia ter em consideração o impacto que a medida vai ter no endividamento a médio e longo prazo do Município, facto que por exemplo não se verifica no Município da Pampilhosa da Serra pois este apresenta um endividamento de 0% o que permitiu assumir desde logo a comparticipação a 40% para as habitações não permanentes.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

Tomando a palavra, o Sr. Vereador António Antunes, expressou opinião no sentido de que a bancada do PS poderia ou melhor, deveria ter sido chamada à discussão desta matéria de uma forma mais completa.

Face à dificuldade com que se depara no entendimento e nos moldes em que a proposta se apresenta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes considerou que seria muito mais fácil até para agilizar o processo, chamar as pessoas interessadas para, em conjunto, se refletir sobre o assunto, e construir possíveis cenários de modo a conjugar os interesses quer do Município, quer dos particulares, ao que a Sra. Presidente ripostou dizendo que essa proposta seria de difícil realização, senão mesmo impossível, pois, para além dos serviços camarários não terem o contacto de todos os envolvidos, a diversidade de pontos de vista, o desconhecimento pelos privados da realidade financeira do Município e do impacto que a medida vai ter nas contas municipais, não possibilitariam, certamente, a tomada de uma decisão consensual, com as implicações daí advindas.

Volvendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que “*mais vale fazer pouco que nada*” uma vez que compreende o constrangimento financeiro que essa operação poderá causar ao Município, porem também não se sente confortável para ajuizar o que se propõe e nos moldes em que se propõe, nomeadamente pela ausência de estimativa de quantas pessoas se poderão ajudar e qual o efeito prático desta situação no terreno, bem como os custos por habitação, considerando que, antecipadamente, deveria ter-se promovido uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, isso antes de se construir o presente regulamento.

No uso da palavra, o Sr. Vereador João Graça referiu que ainda que se estejam a construir cenários este processo deve ser conduzido o mais responsabilmente possível, não devendo ser alheado das questões financeiras do Município, o que exige uma conjugação de esforços e de interesses.

Em jeito de complemento, a Jurista da Câmara Municipal, Dra. Bernardina Macedo esclareceu que a legislação quando saiu, nomeadamente em junho com posterior alteração em setembro, fixou prazos muito apertados, com a agravante de que a apresentação do processo na DGAL deverá ocorrer até 30 de novembro, existindo, de permeio, uma série de procedimentos que têm de ser cumpridos, razões que levaram, inclusivamente, à proposta de não realização da audiência dos interessados nesta primeira fase.

O Sr. Vereador António Antunes, questionou qual era a taxa de juro do empréstimo, ao que a Sra Presidente informou que a taxa do empréstimo é fixada pela Direção Geral do Tesouro e Finanças e é igual à taxa de juro correspondente ao custo de endividamento da República Portuguesa para um prazo equivalente, acrescido de uma margem acrescida de 0,15 pontos base, e à data da simulação a taxa de juro era correspondente a 2,88%.

Usando da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes vincou que a bancada do PS não tem interesse em protelar a situação até porque o timing de decisão é diminuto tendo em conta o enquadramento legal, contudo também não pode deixar



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

de considerar, uma vez mais, que a discussão deveria ter sido mais aprofundada e mais alargada, ficando com sérias dúvidas que a solução proposta possa resolver no mínimo 10% dos casos.

Terminando, questionou de que forma foram calculados os € 80.000,00 (oitenta mil euros).

Em resposta, a Sra Presidente informou que o valor foi calculado com base no valor metro quadrado da habitação tipo existente na região.

Face à insatisfação da bancada do PS, a Sra. Presidente questionou qual era a contra – proposta do PS pois estava recetiva a analisá-la, ao que o Sr. Vereador Gonçalo Lopes respondeu que os elementos que lhes tinham sido enviados não eram suficientes para a apresentarem.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes questionou se existe algum parâmetro na Lei que impeça o Município de fazer a gestão do processo, ao que a Jurista da Câmara Municipal, Dra. Bernardina Macedo informou que o normativo legal é claro quanto a essa matéria, aproveitando para esclarecer que a CCDRC, no seu site disponibilizou um regulamento exemplo com os elementos essenciais, podendo cada autarquia proceder à sua adaptação.

Depois de mais alguma troca de considerações, o Sr. Vereador João Graça esclareceu que não foi intenção do Executivo excluir os Srs. Vereadores da bancada do PS da discussão e decisão do assunto em questão, conforme se pode concluir de todas as explicações que já foram facultadas, sentindo-se assim pesaroso que depois de todos os esclarecimentos que pensa terem sido suficientemente claros, elucidativos e justificativos das decisões ínsitas na proposta apresentada pelo executivo, não se ter conseguido alcançar um consenso, ao que a Sra. Presidente acrescentou que seria uma mais-valia haver um consenso entre todos, embora cada um com as suas opiniões, nessa matéria tão importante para o nosso Concelho.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes registou a intervenção dizendo que *“esse discurso é muito bonito”* porém considera que o Executivo teve inúmeras oportunidades para promover uma reunião de trabalho com vista a discutir este assunto, não só com os elementos da bancada do PS mas também com todos os membros que integram a Assembleia Municipal, por ser uma matéria que pela sua complexidade exigia uma postura diferente.

Em complemento à intervenção anterior, o Sr. Vereador António Antunes esclareceu que sabendo o preço por metro quadrado, sabendo o tipo de reconstrução e sabendo que existem habitações em muito mau estado de conservação, seria fácil chegar a um valor mais aproximado deste total de 106 habitações elencadas.

Prosseguindo, considerou que o Regulamento é o documento mais consensual na discussão por derivar da Lei, pois o que aqui está em causa é a diferenciação em termos de um maior apoio a todos ou mais distante da realidade



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

que existe efetivamente no terreno, pois se fossem criadas tipologias de casas iria permitir uma aproximação maior à realidade.

Concluiu dizendo que esta discussão e partilha de ideias poderia ter sido promovida atempadamente e desta forma a bancada do PS seria construtiva ao ponto de se poder, eventualmente, alterar quer a percentagem quer o valor.

No seguimento da intervenção anterior, usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para ler o artigo 4.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que diz: “*Os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade*”, pelo que não entende o desconforto do Executivo perante os argumentos da bancada do PS, ao que a Sra. Presidente respondeu que já foram dadas todas as explicações mas que está sempre pronta para mais esclarecimentos.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Srs. Vereadores do Partido Socialista.

**7. COMISSÃO DE FESTAS NOSSA SENHORA DOS LUGARINHOS – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

Presente requerimento da Comissão de Festas da Nossa Senhora da Guia dos Lugarinhos, representada por Tânia Lopes, solicitando a concessão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e com base no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização de um evento denominado “Última Chamada”, no passado dia 5 de outubro, no horário compreendido entre as 21h.00 do dia 05 de outubro de 2018 e as 04h.00 do dia seguinte.

Considerando que a realização do espetáculo ocorreu em data anterior à presente reunião e o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foi emitida a licença conforme solicitado, propondo-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o respetivo despacho de deferimento do pedido.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**8. BALANCETE**

Foi presente o balancete referente ao dia 03 de outubro de 2018, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.697.738,31 € (dois milhões seiscentos e noventa e sete mil setecentos e trinta e oito euros e trinta e um cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.650.931,80 € (dois milhões seiscentos e cinquenta mil novecentos e trinta



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

e um euros e oitenta cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 46.806,51 € (quarenta e seis mil oitocentos e seis euros e cinquenta e um cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.707.881,61 € (dois milhões setecentos e sete mil oitocentos e oitenta e um euros e sessenta e um cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

**9. PAGAMENTOS**

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 27/09/2018 e 03/10/2018, registados sob os números 1108, 1109, 1138 e 1140 a 1172, no valor total de **173.829,97€** (cento e setenta e três mil oitocentos e vinte e nove euros noventa e sete cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

**10. PROPOSTA DE PROTOCOLO DE GESTÃO DE RECICLÁVEIS A CELEBRAR COM A ERSUC – RESÍDUOS SÓLIDOS DO CENTRO, S.A.**

Presente proposta de Protocolo de Gestão de Recicláveis a celebrar com a ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A., estabelecendo os termos em que o Município procederá à entrega à mesma dos resíduos recicláveis provenientes do fluxo urbano e equiparado a urbano, de acordo com as tipologias de vidro, papel/cartão e embalagens, bem como os termos em que a ERSUC, no âmbito do cumprimento das metas de retoma de resíduos recicláveis, se compromete a recolher tais resíduos.

Considerando a mais-valia subjacente à outorga do Protocolo em apreço, nomeadamente, no que respeita à preservação da qualidade do meio ambiente e à sua sustentabilidade, através do fomento da recolha, tratamento e encaminhamento de resíduos recicláveis, propõe-se que a Câmara Municipal delibere a aprovação do mesmo, nos precisos termos da minuta que se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**11. APROVAÇÃO DA CRIAÇÃO DE SISTEMA INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, DOS ESTATUTOS DA EMPRESA INTERMUNICIPAL A CRIAR PARA A GESTÃO DO SISTEMA INTERMUNICIPAL E DO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA A CELEBRAR ENTRE A ENTIDADE DELEGANTE A EMPRESA INTERMUNICIPAL, BEM COMO APROVAÇÃO DO ENVIO DESSES DOCUMENTOS PARA A ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E RESÍDUOS (ERSAR) PARA EFEITOS DA OBTENÇÃO DO RESPETIVO PARECER PRÉVIO LEGALMENTE PREVISTO**

**DISCUSSÃO:**

Começou por intervir o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para ver esclarecidas algumas dúvidas relativamente ao assunto em apreço.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

Do ponto de vista ideológico referiu que não pode *“de ânimo leve, alinhar nesta estratégia de liberalização do que é um bem essencial”*, considerando esta uma condição fundamental que ressalta depois da análise dos documentos remetidos para apreciação.

Disse importar perceber até que ponto tem cada um dos Municípios condições para, querendo, mitigar o efeito dos preços das tarifas, percebendo contudo, na sequência de uma reunião onde esteve, que haverá um preço que é tabelado em todos os Municípios, o que não há é uma disponibilidade financeira dos agregados familiares igual em todos os Municípios.

Continuando a usar da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que a questão é que se está a falar de aumentos muito significativos para os consumidores e é entendimento da bancada do Partido Socialista que só fará sentido avançar para um modelo desta natureza se em conjunto se encontrar soluções que permitam dirimir este aumento junto dos consumidores.

Interveio o Sr. Vereador António Antunes para referir que, partindo do princípio de que o Município atualizava as taxas da ERSAR, questionou qual seria o valor que em termos de receita o Município iria receber contrapondo com o investimento que é necessário efetuar, pois considera ser interessante ter noção dos valores, porque ainda que exista uma garantia de poupança em termos orçamentais para aquele valor que estava cabimentado para as águas ficando o mesmo disponível para outros fins, também não é certo que esse valor depois ficará disponível para a cabimentação orçamental ao nível do Estado.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente informou que para já o estudo está feito de forma desagregada e só depois é que será elaborado o global.

Atalhando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, considerou que Castanheira de Pera é, apesar de tudo, um dos Municípios com os melhores indicadores em muitos aspetos, o que significa que seremos dos últimos a ser intervencionados, afirmação esta que a Sra. Presidente corrigiu dizendo que irá verificar-se o inverso tendo em conta as 3 candidaturas já submetidas no âmbito das Etar's.

Seguidamente, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou sobre o número exato que cada autarquia sede como património à empresa.

Em complemento à intervenção anterior, o Sr. Vereador António Antunes referiu que em termos de valorização de património no caso de Castanheira de Pera e porque de facto todo o dinheiro é importante, seria pertinente a valorização do património e não a cedência da forma como se apresenta no estudo, até porque o valor do capital social da Câmara Municipal acaba por ser superior.

Em jeito de sugestão, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes pediu para que se pondere a possibilidade, e uma vez que o fator tempo já não é tão apertado devido à prorrogação do prazo de candidatura, de se criarem todas as condições para que isto possa ser o mais completo possível.





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 19/2018**

Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2018

No que diz respeito às IPSS's do Concelho, e tendo em conta que a Câmara Municipal tem tido um papel preponderante com os consumos dos mesmos, questionou quem daqui para a frente o iria fazer.

Intervindo, a Sra. Presidente considerou todas as questões pertinentes, informando que também já teve o cuidado de colocar outras questões atinentes à matéria, nomeadamente sobre o património, garantindo que tudo iria fazer para que, na medida do possível, as mesmas ficassem salvaguardadas.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

**12. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Terminada a discussão do ponto anterior, a Sra. Presidente declarou aberto o período para intervenção do público.

Interveio a D. Palmira Tomás, para alertar para o facto de existirem habitações com mais de 30 anos sobre as quais que não é cobrado o imposto do IMI.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente referiu desconhecer a situação relatada.

Prosseguindo, a D. Palmira Tomás, abordou a questão do Centro de Saúde, dizendo que não correspondia à verdade a afirmação da Sra. Presidente de que aquela instituição estava a trabalhar a 100%, ao que a Sra. Presidente esclareceu que há um tempo atrás o Centro de Saúde não tinha o quadro de pessoal completo o que neste momento não se verifica, pois, e ao que sabe, estão dois médicos a desempenhar funções naquele serviço, encontrando-se assim o quadro completo, pelo que não vê razão do reparo.

**ENCERRAMENTO**

**13. ENCERRAMENTO**

Não havendo mais intervenções nem outros assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram vinte horas e trinta e cinco minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: \_\_\_\_\_

A Secretária: \_\_\_\_\_